

TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: LIMITES E POSSIBILIDADES*



Nelson Afonso Garcia Santos, Ivo Marcos Theis

Resumo: o ponto de partida deste estudo é a constatação de que o desenvolvimento capitalista é em sua natureza desigual. A desigualdade econômica e social é geograficamente identificável, seja em âmbito global ou regional. Visando participar do debate sobre as possibilidades de diminuição das desigualdades decorrentes do modo de produção capitalista, buscamos identificar, primeiramente, na bibliografia sobre o tema, aproximações entre tecnologia social e economia solidária, para, em seguida, examinar experiências de implantação de tecnologia social em âmbito local a partir da Fundação Banco do Brasil. Os dados selecionados dizem respeito à economia solidária no sul do Brasil, com especial atenção para a experiência da ENLOUCRESCER, no município de Blumenau. Os resultados mostraram que a Economia Solidária vem avançando no Brasil ao longo dos últimos anos, com projetos inovadores e visando contribuir para um desenvolvimento local/regional mais justo e mais sustentável. O estudo sobre a ENLOUCRESCER permitiu verificar que iniciativas locais comprovam o caso mais geral, cabendo acrescentar apenas que parte do “êxito” pode ser atribuído à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/FURB, junto à qual encontrou apoio e assessoria. As conclusões são de que tecnologias sociais podem minimizar desigualdades locais e regionais, contribuindo para o aumento da renda das famílias envolvidas e possibilitando-lhes acesso a produtos e serviços antes não disponíveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento geográfico desigual. Economia solidária. ENLOUCRESCER. Tecnologia social.

SOCIAL TECHNOLOGY AND SOLIDARITY ECONOMY IN UNEVEN DEVELOPMENT: LIMITS AND POSSIBILITIES

Abstract: the starting point of this study is the realization that capitalist development is uneven. Economic and social inequality is geographically identifiable, whether globally or regionally. In order to participate in the debate on the possibilities

of reducing inequalities arising from capitalism, we first sought to identify, in the bibliography on the subject, approaches between social technology and solidarity economy, and then to examine experiences of social technology implantation at the local level from the Banco do Brasil Foundation. The data selected concern the solidarity economy in southern Brazil, with special attention to the experience of ENLOUCRESCER, in the municipality of Blumenau. The results showed that Solidarity Economy has been advancing in Brazil, with innovative projects and aiming to contribute to a more fair and sustainable local / regional development. The ENLOUCRESCER study showed that local initiatives prove the most general case, and that part of the “success” can be assigned to the Technological Incubator of Popular Cooperatives/FURB, where it is being advised. The conclusions are that social technologies can minimize local and regional inequalities, contribute to increasing the incomes of the families involved and enable them to access products and services previously unavailable.

Keywords: Uneven geographical development. Solidarity economy. ENLOUCRESCER. Social technology.

TECNOLOGÍA SOCIAL Y ECONOMÍA SOLIDARIA EN DESARROLLO DESIGUAL: LÍMITES Y POSIBILIDADES

Resumen: el punto de partida de este estudio es la comprensión de que el desarrollo capitalista es en su naturaleza desigual. La desigualdad económica y social es identificable geográficamente, ya sea a nivel mundial o regional. Con el objetivo de participar en el debate sobre las posibilidades de reducir las desigualdades derivadas de la producción capitalista, buscamos primero identificar, en la bibliografía sobre el tema, aproximaciones entre tecnología social y economía solidaria, para, en seguida, examinar las experiencias de despliegue local de tecnología social de la Fundación Banco do Brasil. Los datos seleccionados se refieren a la economía solidaria en el Sur de Brasil, con especial atención a la experiencia de ENLOUCRESCER en la municipalidad de Blumenau. Los resultados mostraron que la economía solidaria ha estado avanzando en Brasil en los últimos años, con proyectos innovadores y contribuyendo a un desarrollo local/regional más justo y más sostenible. El estudio sobre la ENLOUCRESCER mostró que las iniciativas locales prueban el caso más general, añadiendo solo qué parte del “éxito” puede atribuirse a la Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares / FURB, donde encontró apoyo y consejo. Las conclusiones son que las tecnologías sociales pueden minimizar las desigualdades locales y regionales, contribuyendo al aumento de ingresos de las familias involucradas y dándoles acceso a productos y servicios que anteriormente no estaban disponibles.

Palabras-clave: Desarrollo geográfico desigual. Economía solidaria. ENLOUCRESCER. Tecnología social.

O objetivo principal da pesquisa que deu origem a este artigo é verificar se (e como) diferentes modelos, métodos e projetos – que combinam tecnologia social [TS] e economia solidária [ES] – favorecem a diminuição das desigualdades decorrentes do processo de desenvolvimento em um local ou uma região. Foram objetivos específicos: a) conhecer aspectos teóricos e práticos que constituem os movimentos da tecnologia social e da economia solidária, identificando limites e possibilidades na construção de um desenvolvimento menos desigual e mais solidário; b) identificar mecanismos pelos quais a TS e a ES conjuntamente podem contribuir para a minimização de desigualdades resultantes do processo de desenvolvimento; e c) apresentar aspectos que são comuns nos campos teórico e prático da tecnologia social e da economia solidária através de casos concretos apresentados pela Fundação Banco do Brasil [FBB], pelo Sis-

tema Nacional de Informações em Economia Solidária [SIES] e por um estudo de caso sobre a ENLOUCRESCER, de Blumenau/SC.

O estudo sobre o qual se apoia este artigo recorreu a uma combinação de métodos que privilegiou dados qualitativos (MINAYO, 1994), obtidos de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Inicialmente, realizou-se um estado da arte sobre desenvolvimento desigual, economia solidária e tecnologia social. Num segundo momento, buscou-se conhecer experiências concretas em que a aplicação da Tecnologia Social resultasse na diminuição das desigualdades decorrentes do desenvolvimento capitalista. Para tanto, foram resgatadas algumas experiências de tecnologia social premiadas pela Fundação Banco do Brasil e que se encontram divulgadas no sítio eletrônico dessa fundação. A partir daí, buscaram-se dados e informações relevantes sobre a economia solidária. E, num último momento, procurou-se conhecer mais detalhadamente a experiência da ENLOUCRESCER. Aí, então, se procedeu a uma análise dos dados e informações, devidamente detalhados abaixo. As evidências indicam, como se verá, que algumas práticas da economia solidária se valem do emprego de tecnologias sociais e, por isso, logram subsistir no tempo (LIMA; DAGNINO, 2013).

Para fins didáticos, dividiu-se o presente artigo em quatro seções principais. Após esta primeira, que corresponde à introdução, segue uma seção em que se apresentam os referenciais teórico-conceituais. A seção seguinte traz os resultados do estudo, com os dados e a respectiva análise. A última seção é destinada a uma breve conclusão.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL

Do ponto de vista teórico, parte-se do suposto de que o desenvolvimento, tal como se o conhece, consiste em um processo de produção de mercadorias. Ou seja, uma modalidade de produção de bens econômicos, que tem escala crescente e ilimitada, favorecendo a quem possui a propriedade e/ou controla os instrumentos de produção. Daí deriva a sua tendência inexorável às desigualdades. A este desenvolvimento que é desigual se tem oposto outras modalidades de organização da produção e distribuição de bens, baseadas em outras formas de propriedade dos meios de produção. A “economia solidária” se apresenta como uma alternativa à organização capitalista de produção e distribuição de mercadorias. Uma hipótese que se assume aqui é que os êxitos da economia solidária podem ser amplificados se, ao invés de valer-se de tecnologias convencionais, aumentar o uso de “tecnologias sociais”.

Portanto, um passo inicial consistirá em demonstrar a conveniência do uso da noção de desenvolvimento desigual para auxiliar na elucidação da hipótese referida.

A origem da noção de desenvolvimento desigual remete aos escritos de Vladimir I. Lênin (1982), adquirindo maior importância na obra de Leon Trotsky (1978) sobre o desenvolvimento na Rússia. A lei do desenvolvimento desigual pode ser mobilizada tanto para compreender as transformações nas formações sociais centrais quanto as contradições econômicas e sociais dos países capitalistas periféricos. A tentativa dos países periféricos de alcançarem os países desenvolvidos tem levado ao desenvolvimento desigual (THEIS, 2009).

Um nome que se destaca na teoria sobre o desenvolvimento desigual é o de Neil Smith (1954-2012), que busca, pela geografia do capitalismo, examinar o processo de desenvolvimento desigual. Em sua concepção, o desenvolvimento desigual “refere-se não simplesmente à geografia do capitalismo, mas também às diferentes taxas de crescimento entre os diferentes setores da economia capitalista” (SMITH, 1988, p. 151). A teoria do desenvolvimento geográfico desigual tem sido utilizada para a análise de casos concretos no Brasil (THEIS, 2013, 2014, 2015), aí *desenvolvimento desigual* sendo entendido a partir da existência de diferenças na natureza e, sobretudo, de especificidades próprias a cada contexto sociocultural:

Numa sociedade na qual impera a produção de mercadorias, essas diferenças e/ou condições da saída são a base – natural/cultural – sobre a qual atuam as suas respectivas forças produtivas. De tal encontro resultam ritmos distintos de crescimento econômico que, assim, conferem um caráter de compressão ou dilatação a toda uma época histórica. (...) O desenvolvimento é desigual na medida em que os distintos setores da economia evoluem mais acelerada ou mais lentamente no tempo, repercutindo de forma variada nas inúmeras unidades produtivas dos diversos subsetores distribuídas por diferentes pontos do território, em articulação contraditória com a conformação do arcabouço jurídico, a dinâmica das instituições políticas e culturais e, até, o amadurecimento das classes sociais em uma dada formação social (THEIS, 2015, p. 35).

David Harvey, através da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, lapidou a teoria do desenvolvimento desigual, dando o devido destaque para os aspectos espaciais. Harvey (2006, p. 44), resgatando Marx, demonstrou que, “no capitalismo, o crescimento harmonioso ou equilibrado é (...) inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo”.

Contra o desenvolvimento capitalista desigual, a história revela numerosas experiências que visam amenizar as desigualdades no âmbito local. Em algumas delas identificam-se traços ou da Tecnologia Social [TS] ou da Economia Solidária [ES] ou – casos mais raros – de ambas. Assim, o segundo passo deste estudo exigiu que se buscassem elementos teóricos sobre essas experiências e suas aproximações.

No que se refere à tecnologia, parte-se do pressuposto de que ela é o resultado concreto de uma ação, de certo ator social, sobre o processo de trabalho; e, por este meio, este ator também atua em relação a/sobre outros atores sociais, todos juntos, numa dada divisão social do trabalho, relacionando-se entre si e com artefatos tecnológicos para gerar dada produção social. Como essa forma de produto é modificada e apropriada pelo ator social, a tecnologia em si, propriamente, é a ação de um ator sobre o processo de trabalho, que leva a uma modificação (qualitativa e/ou quantitativa) do produto, podendo ser controlada/apropriada (ou não) segundo os interesses dominantes na sociedade (DAGNINO, 2010, p. 206).

A tecnologia produzida no contexto do desenvolvimento capitalista desigual é, por assim dizer, uma “tecnologia convencional” [TC]. Entre as suas várias especificidades, a primeira se refere à relação com o trabalho: a TC é poupadora de mão-de-obra. Isto ocorre porque o lucro das empresas depende da redução de custos obtido pela diminuição do trabalho humano. Assim, a TC favorece a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias (THEIS; MOSER; VARGAS, 2012, p. 6),

resultando em desemprego e, em consequência, em um exército industrial de reserva ampliado. Este é fundamental para a exploração dos trabalhadores, tendo em vista que a mão-de-obra é considerada uma mercadoria. Quanto maior a sua disponibilidade no mercado, menos se paga por ela. Desta forma, o desemprego é fundamental para o lucro dos proprietários dos meios de produção.

Mas, quando a tecnologia é social? Quando o resultado da ação de um grupo de produtores sobre o processo de trabalho permite realizar modificações no produto gerado e ser apropriado e controlado segundo a decisão do coletivo dos produtores associados (DAGNINO *et al.*, 2004; DIAS; NOVAES, 2010; JESUS; COSTA, 2013; OTTERLOO, 2009; RTS, 2010). É evidente que precisam ser criadas as condições que levem a uma realidade socioeconômica muito específica, na qual possa ser originada a propriedade coletiva de produção, e a um acordo social que legitime o associativismo, assim oportunizando no ambiente produtivo um controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo (DAGNINO, 2010).

A proposta das Tecnologias Sociais tem como característica principal a simplicidade. Embora muitos já tenham visto TS, poucos sabem o que elas são. “Elas estão espalhadas por todo lugar, mas, por serem extremamente simples, nem sempre o status de tecnologia lhes é facilmente conferido” (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004, p. 65). Elas podem ser definidas, resumidamente, como um “conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida” (Idem, p. 66). Para os efeitos deste artigo, porém, a TS:

visa implementar soluções para determinados problemas, [que] podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda (BRAVA *apud* COSTA, 2013, p. 20).

E quanto à “economia solidária”? Cabe lembrar, inicialmente, que no Brasil o impulso da ES se deu com mais velocidade a partir dos anos 1990, diante dos reflexos do neoliberalismo, difundido anos antes nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países da Europa. Diante da expansão neoliberal, trabalhadores desempregados e/ou com baixa expectativa de qualidade de vida buscaram novas formas de ocupação e de geração de renda, construindo experiências que se fundamentaram na substituição estrutural do trabalho assalariado e na requalificação do meio abrangido pelas atividades de trabalho informal. No fundo, ES é exatamente isso.

Neste momento, a ES inaugura um tipo de empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido nem separa produção e distribuição. Ao contrário, ela articula a associação de produtores para exercerem uma atividade em comum e com ajuda mútua (FRANÇA FILHO.; LAVILLE, 2004). Assim, o avanço na organização do trabalho é qualitativo, tendo em vista que dentro desta lógica não há separação entre capital e trabalho, já que todos são, ao mesmo tempo, empreendedores e trabalhadores. Tais experiências se dão, fundamentalmente, através de associações cooperativas cujos regu-

lamentos se fundamentam nos princípios da autogestão. De maneira que a ES estruturou seus fundamentos na própria contradição do capitalismo e criou as condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento de organizações econômicas que operam com uma lógica oposta à do modo de produção capitalista (SINGER, 2002; SINGER, KRUPPA, 2004).

Na busca por desenvolver novas experiências de ES e cooperativas populares é que surgiram Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares [ITCP] em diversas universidades brasileiras. Entre elas está a da Universidade Regional de Blumenau [FURB], criada em 1999, com o objetivo de implementar, por meio da metodologia da incubação, ações alternativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da ES. Assim, a ITCP/FURB tem se destacado na geração e difusão de tecnologias para a inclusão social de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho (desempregados, trabalhadores em risco de desemprego e trabalhadores da economia informal) por meio de uma metodologia que tem por pressuposto a autogestão dos trabalhadores. Seu papel foi de fundamental importância na consolidação da ENLOUCRESCER.

A Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau [ENLOUCRESCER], aqui tomada como caso de estudo, desperta a curiosidade de quem se interessa por experiências de TS e ES. Por isso merece atenção neste ponto.

Historicamente, a ENLOUCRESCER esteve envolvida em conquistas importantes para os usuários e para a efetivação da reforma psiquiátrica em Blumenau, sendo as mais importantes:

- a) participação ativa dos associados na luta pela alimentação nos CAPS;
- b) mobilização pela garantia de vale transporte no acesso ao cuidado;
- c) envolvimento nas discussões sobre o formato da rede local, conforme preconiza o Ministério da Saúde;
- d) presença efetiva e engajamento nas discussões das conferências municipais, estadual e nacional de Saúde e Saúde Mental; e
- e) realização de Mostras Anuais para divulgação da Associação e da Luta Antimanicomial.

A sua estrutura administrativa é constituída por: assembleias; conselho de administração; conselho fiscal; conselho profissional e secretaria executiva. As assembleias podem ser ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão. O conselho de administração é composto de cinco (5) membros, eleitos entre os associados fundadores e efetivos, com mandato de dois (2) anos. O conselho fiscal é composto no mínimo de três (3) membros, eleitos entre os associados fundadores e efetivos, com mandato de dois (2) anos. A secretaria executiva poderá ser contratada e remunerada, podendo ser associado ou não, sendo órgão de execução e acompanhamento.

É a partir desta perspectiva – isto é, da possibilidade de que a “economia solidária” pode ser exitosa como alternativa ao desenvolvimento desigual se, ao invés de recorrer a tecnologias convencionais, fizer uso de “tecnologias sociais” – que se considera casos como o acima referido da ENLOUCRESCER. Talvez nesta experiência se combinem de modo mais profícuo a TS e a ES, por nela se manifestarem as categorias de *utopias convergentes* (compartilhadas) e *concretas* (realizáveis): “autogestão; dimensão coletiva

e participativa na produção de bens e de conhecimento; dimensão pedagógica do trabalho e transformação das práticas de sociabilidade; e superação do capitalismo” (LIMA; DAGNINO, 2013, p. 10-11).

Isto posto, tem-se uma síntese que sugere constituir a convergência entre TS e ES uma alternativa que possibilita vislumbrar um projeto societário alternativo, para além do desenvolvimento desigual do capital. Este projeto societário alternativo informa que as tecnologias e os conhecimentos necessários para o bem-estar dos indivíduos e dos grupos sociais não precisam concentrar-se em alguns “iluminados” que detêm as habilidades para a sua manipulação. Combinados à ES, eles devem ser livremente apropriados para atender às necessidades e demandas da sociedade nas escalas local, regional e global.

SOBRE OS RESULTADOS

Expostas as noções sobre as quais assenta o argumento deste artigo, nomeadamente, de desenvolvimento desigual, tecnologia social e economia solidária, passa-se agora a apresentar os resultados da pesquisa realizada sobre TS premiadas pela Fundação Banco do Brasil (FBB, s.d.), sobre a economia solidária e sobre a ENLOUCRESCER.

Experiências de Tecnologia Social Premiadas pela Fundação Banco do Brasil

A primeira experiência de tecnologia social que destacamos da Fundação Banco do Brasil é intitulada “Investimento Social em Projetos que Ajudam Mulheres e Meninas”. Este projeto consiste em um fundo de investimentos que financia projetos voltados às mulheres, promovendo autonomia econômica, combate à pobreza, defesa do meio ambiente e da sustentabilidade, combate à violência contra as mulheres, melhoria da comunicação e cuidados à saúde, entre outros. O objetivo é promover o fortalecimento e o protagonismo das mulheres, mobilizando recursos para ONGs criadas por mulheres e voltadas a ajudá-las no enfrentamento de seus problemas. Durante a elaboração do projeto percebeu-se que as mulheres possuem potencial para se tornarem as principais agentes para a transformação de sua própria realidade. Os recursos foram aplicados para grupos de mulheres e não mudaram apenas a vida das mesmas, mas também as condições de vida da sociedade em geral. 226 grupos de ONGs de mulheres por todo o Brasil, que foram selecionadas através de concursos de projetos, em dez anos de atividade e pesquisa, receberam mais de R\$ 2,5 milhões. Cerca de 30 mil mulheres foram diretamente apoiadas e 100 mil, indiretamente (<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/pesquisar-tecnologias.htm>).

A segunda experiência é intitulada “Sistemas Agroflorestais (SAF): Geração de Renda e Conservação Socioambiental”. Trata-se do uso de matéria orgânica como fonte de nutrientes para o cultivo de várias espécies diferentes. Tem baixo impacto sobre o ambiente e resultados positivos como: colheita facilitada, aumento da produção e diminuição de mão de obra. Essa “tecnologia social” foi aplicada na região de Rio Negro, com a oferta de cursos ensinando a população sobre o método utilizado na experiência. Os autores constataram a insuficiência de recursos para as atividades cotidianas da população.

O objetivo era promover a geração de renda para a população-alvo, diversificação e enriquecimento do solo e conservação ambiental. Como objetivo mais específico, tinha-se a ideia de buscar conhecimento junto à população e devolver conhecimento para a mesma, promovendo uma troca de saberes. Em 2006, o IPÊ iniciou um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) nas comunidades da região do baixo Rio Negro que levantou informações sobre a dinâmica demográfica e histórica e as formas locais de uso dos recursos naturais. Após a realização do diagnóstico, o projeto concentrou suas ações no fortalecimento dos produtos da sócio-bio-diversidade com “valor” sociocultural e potencial econômico. No final do projeto, 12 áreas nas quais foram aplicados os projetos apresentaram aumento no total de espécies de árvores e aumento da produção dos produtos utilizados para subsistência e geração de renda. Também foi notada uma maior preocupação com a preservação ambiental local e com a fertilidade do solo (<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologia-social/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-190.htm>)

Finalmente, o terceiro projeto destacado foi o “Vovô Sabe Tudo”. Este visava promover a transferência de conhecimento dos idosos (vovôs/vovós) para os mais jovens (crianças, adolescentes etc.). O principal tema era a educação. O projeto foi aplicado em Santos, cidade com grande incidência de idosos, cerca de 18,2%. Como a cidade tem grande incidência de migrantes que buscam empregos e melhores condições de vida, o projeto foi ainda mais bem aplicado. O objetivo era valorizar os idosos, por sua sabedoria e conhecimento, e também os mais jovens, educando-os a respeitar e aceitar os conselhos de idosos. O projeto procurou promover a inclusão social dos idosos e também a valorização familiar. A Tecnologia Social Vovô Sabe Tudo veio concretizar um antigo ideal do governo santista, que era unir as gerações e valorizar a experiência profissional e de vida dos idosos. Criado pela Lei Municipal N. 1.663, de 11/03/1998, e regulamentado pelo Decreto Lei N. 1.566, de 2006, vem sendo operacionalizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, Turismo, Meio Ambiente, Saúde, CET e ONGs. Implantado a partir de maio de 1998, quando foram recebidas 109 inscrições, com um processo seletivo dos 77 idosos que atenderam aos requisitos preestabelecidos na Lei – idade (60 anos ou mais); renda (igual ou inferior a cinco salários mínimos); residência (ser morador do município); comprovação da experiência em uma habilidade (sendo aceita amostra do produto confeccionado) –, foram aprovados 38 idosos. Os resultados demonstraram a importância do projeto para a sociedade, valorizando os idosos e educando as novas gerações, além da renda mensal e do auxílio monetário dado ao idoso. Ao longo dos anos foram contemplados 159 idosos, sendo que 54 permaneceram atuando como vovôs. Trata-se de uma Tecnologia Social reconhecida pela população santista e que concede visibilidade ao município. Em 2010 foram prestados, pelos 54 vovôs, 29.646 atendimentos a crianças, 1.675 a adolescentes, 5.278 a adultos e 47.333 a turistas, nos diversos serviços públicos parceiros de execução. Trata-se de uma Tecnologia Social inovadora, voltada ao idoso, tendo sido premiada em várias oportunidades desde a sua implantação: em 2000, pela Fundação Getúlio Vargas; em 2003, foi a grande vencedora do Prêmio Destaque Gestor Municipal concedido pelo IBRAE em parceria com o Instituto Ambiental da Biosfera; em 2008, recebeu do Ministério da Cultura o Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa; e, em 2009, foi a vencedora do

Prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil como a melhor da região Sudeste (<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/vovo-sabe-tudo.htm>).

Dados Sobre a Economia Solidária

Assim como a Economia Social é um fenômeno argentino, a Economia Solidária é um acontecimento brasileiro. Ela surge em um momento crítico do país, nos anos 1970, época de grande crise econômica e social que atingiu toda a América Latina, em grande medida, como resultado dos choques de petróleo de 1973 e 1979 e das altas da taxa internacional de juros, mas também em decorrência do endividamento externo e suas consequências econômicas e sociais. Como se viu, ela tem objetivos diferentes em relação aos empreendimentos capitalistas, que se alimentam da necessidade monetária dos indivíduos. A ES tenta fugir dos padrões de trabalho e produção capitalista. Tornou-se uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Na ES não existe a classificação de patrão e empregado, pois todos/as os/as integrantes do empreendimento (seja este uma associação, uma cooperativa ou um mero grupo informal) serão sempre, ao mesmo tempo, trabalhadores e donos.

Neste breve levantamento serão apresentados os dados da Economia Solidária no Brasil. Entre os anos de 2005-2007 e 2009-2013, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SINAES) realizou mapeamentos para coletar dados sobre o número de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil.

O primeiro mapeamento [...] foi realizado entre 2005 e 2007. Com um registro, em sua primeira etapa, de aproximadamente 15 mil EES, em 2007 realizou-se uma nova coleta de dados, complementar, chegando-se com isso ao total de 21.859 EES. O segundo mapeamento, executado entre 2009 e 2013, gerou uma base de dados com 19.708 EES, após o tratamento das informações (GAIGER *et al.*, 2014, p. 20).

De forma que

19.708 EES foram validados na base do segundo mapeamento. Os dados mais gerais a respeito podem ser contemplados no atlas digital do mapeamento, disponível no Portal SINAES [...] em grandes linhas podemos adiantar que 60% dos EES são associações, 30,5% são grupos informais e 8,9%, cooperativas. Empresas mercantis preenchem uma fatia bem menor, equivalentes apenas a 0,6% (GAIGER *et al.*, 2014, p. 22).

Um ponto relevante a ser mencionado é o da área de atuação dos EES, dividida em rural, urbana e mista (rural e urbana). Ela define qual é a atividade econômica predominante no local. Com o mapeamento foram encontradas 191 EES em Santa Catarina, menos que em relação a outras partes do Brasil. Sua área de atuação apresenta pesos idênticos do rural e do urbano, havendo menor desigualdade percentual entre as formas de organização. Quanto à atividade econômica, a que predomina na Região Sul é a da produção. “Essas constatações indicam que a Economia Solidária cumpre finalidades diversas, de acordo com os contextos em que os EES se desenvolvem” (GAIGER *et al.*, 2014, p. 51).

Outro dado importante para se saber como se organizam os EES é o da cor/raça predominante das/os sócias/os dos EES por região. Verifica-se que, em boa parte do país, há uma predominância da cor parda, mas no Sul, em específico, há uma maior fração de pessoas brancas. Em um país como o Brasil, marcado por grandes desigualdades, em boa medida elas estão vinculadas a fatores como cor/raça. Olhar a Economia Solidária por esse prisma contribui para que se tenha uma percepção mais precisa dos seus protagonistas e de seu papel na inclusão e emancipação social.

Dessa forma podemos dizer que a Economia Solidária vem avançando ao longo dos anos, muitas vezes com projetos inovadores, visando à redução das desigualdades e contribuindo para o desenvolvimento local, procurando construir um ambiente socialmente justo e sustentável. Mas, vale lembrar, ela não substitui o Estado em suas obrigações.

Dados sobre a ENLOUCRESCER

Criada em 1998, a ENLOUCRESCER teve sua primeira diretoria constituída quase que totalmente por técnicos do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Blumenau. Neste primeiro momento, a associação contava com baixa participação de usuários e familiares e chamava-se “afague-me”. Em 2005 teve seu nome mudado, em assembleia geral, pois, seus associados entenderam que “afague-me” tinha uma conotação paternalista e ENLOUCRESCER expressava melhor as contribuições incentivadoras e inovadoras à reforma psiquiátrica, colocada em curso desde 2001 com a Lei N. 10.216, de 06 de abril de 2001, também conhecida como Lei Paulo Delgado. Esta lei tem como fundamento a inclusão social com vistas à construção de serviços de saúde mental que respeitem os direitos dos usuários e que, inclusive, levem os usuários para espaços além dos serviços de saúde.

Após a troca do nome de “Afague-me” por ENLOUCRESCER, veio em 2009 a mudança de sede, possibilitando novos avanços, pois:

no período em que se denominava AFAGUE-ME, a associação tinha sua sede junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo que naquela época não se tinha muito clara a distinção entre a associação e o CAPS. Com a conquista da Sede, anexa ao Sindicato dos Bancários, a associação passou a ter uma identidade própria, favorecendo a criação de um sentimento de pertencimento e de identificação, que antes não acontecia (ANDRADE; TIRONI, 2012, p. 6).

Já em 2010, o estatuto da ENLOUCRESCER passou por alterações, visando à ampliação e a redefinição das finalidades, dos princípios fundamentais e da organização do quadro de associados. Entre as mais importantes finalidades da associação encontram-se (REGALIN, s.d.):

a) a ENLOUCRESCER propõe ações para romper com a ideia de que a pessoa com transtorno mental é alguém que necessita de constantes cuidados. A associação também é um lugar de representação dos usuários em instâncias governamentais e outras instituições (SOUZA, s.d.). Seu objetivo é oportunizar aos usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de Blumenau, o pleno exercício da cidadania, o fortalecimento dos princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial;

b) a ENLOUCRESCER promove a inclusão social, envolvendo-se na luta pelos direitos dos associados, quando incentiva a inserção e conquistas em espaços comunitários. Estimula a geração de trabalho e renda, pautada nos princípios da economia solidária (SOUZA, s.d.), e efetiva mecanismos da tecnologia social; e

c) a ENLOUCRESCER se propõe de forma concreta a tecer a inserção de seus associados nos mais diversos espaços sociais, participando de feiras municipais, eventos, cursos, conselhos e conferências. A associação participa ativamente do Movimento da Luta Antimanicomial e como ação da luta realiza anualmente, no dia 18 de maio, evento alusivo à data.

Desde 2009, a associação participa da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária, da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB). Esse processo iniciou quando associados começaram a frequentar reuniões da Rede de Economia Solidária do Médio Vale do Itajaí – RESVI, buscando expandir os locais de comercialização dos produtos de artesanato, ficando a ENLOUCRESCER conhecida junto à Universidade Regional de Blumenau, através da ITCP, que assessorava o grupo.

A assessoria da incubadora possibilitou melhorar a organização burocrática, a apresentação dos produtos confeccionados, a criação de novos grupos, ampliou a participação em eventos e feiras, divulgou os trabalhos na mídia e na universidade. A incubadora incentivou e apoiou a criação do Grupo de Teatro “Estações da Vida”, tendo sido, no decorrer dos encontros, criadas estratégias para a construção coletiva de uma peça que demonstrasse o processo de transformação, de uma pessoa aprisionada em seus problemas, até o surgimento de alguém que, apoiado pelo grupo, eleva sua autoestima, encontrando seu lugar na sociedade. Outro grupo implantou um atelier de cerâmica, no qual, inicialmente, se produziram peças que expressavam simbolicamente os sentimentos e as emoções dos participantes, procurando manifestar na argila sua subjetividade e o seu processo de transformação. Atualmente, se produzem peças para comercialização como flores, enfeites de natal, páscoa, entre outras. Tudo é pensado para ser ecologicamente sustentável, sem uso de tintas ou adornos poluentes.

Estudo realizado por Regalin, Farias (s.d.) informa que quando os membros da ENLOUCRESCER foram questionados se a participação nas atividades da associação trazia contribuições para as suas vidas, todos manifestaram-se positivamente por meio desses relatos:

Inclusão social, amizade, a gente pensa que a gente é doente, mas tem gente mais doente, as crises e são solidários, um acode o outro (Entrevistado 01).

Porque eu cresci na associação, fiquei mais esperta, rápida, ninguém me faz de boba, posso ir em todos os lugares, não fico em casa presa (no sentido de ficar só em casa); tenho mais conhecidos e amigos. O dinheiro não é tão importante (geração de renda) (Entrevistado 02).

Terapia ocupacional, uma forma de gerar renda no tratamento psiquiátrico (na associação) (Entrevistado 03).

Ocupação, uma atividade que me sinto, sinto-me bem, feliz, gratificada. A minha família reconhece o meu dom com trabalhos de artesanato. Fico feliz por poder presentear com os quadros e caixinhas que faço lá (Entrevistado 04) (REGALIN; FARIAS, s.d., p. 7).

Cabe, ainda, fazer breve referência às atividades de produção desenvolvidas pela associação. Esta é vendida em feiras nas quais os associados participam ativamente. Eles recebem, com frequência, encomendas por pessoas que conhecem os produtos através dos espaços de comercialização, como lembranças de aniversário e outras festividades. Os valores arrecadados com a venda dos produtos são divididos entre os associados, cada um recebendo o valor correspondente ao total de sua participação nos grupos. Entretanto, a inclusão social foi eleita como demanda a ser discutida, planejada, organizada, executada e permanentemente avaliada. A geração de renda é relevante, mas não é considerada prioritária, uma vez que a maioria dos associados possui benefícios previdenciários.

Cabe, por fim, mencionar que outra relevante atividade realizada pelos profissionais dos CAPS junto à associação é a inclusão digital e a formação política. Aí os participantes, com apoio de outros associados, começam seus primeiros contatos com o computador, a internet e as redes sociais, compartilhando ideias e discutindo assuntos relacionados aos direitos dos usuários, a preconceitos etc.

Enfim, os relatos dos associados e o detalhamento das atividades desenvolvidas parecem demonstrar que há uma aproximação considerável entre ES e TS no caso em questão. Mesmo se se limitar a sua análise aos depoimentos dos associados da ENLOUCRESCER, revela-se que sua participação nas atividades desenvolvidas produz benefícios. E revelam ainda mais: os associados percebem a importância de fazerem parte de uma organização/ de um grupo em que “o que se faz” e “o como se faz” gera satisfação e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as atividades de pesquisa realizadas foi possível reunir evidências de que a combinação de economia solidária e tecnologias sociais pode ser capaz de minimizar as desigualdades locais e regionais. Ela tende a contribuir para o aumento da renda das famílias envolvidas, possibilitando o acesso a uma nova gama de produtos e serviços que antes eram de difícil acesso. Entre inúmeras frentes, seja na cidade, seja no campo, em que esta combinação parece funcionar, destacam-se a educação, a alimentação nutritiva, o tratamento de saúde, a produção para o vestuário, projetos de habitação, a agroecologia, o artesanato e a criação artística, possibilitando uma melhor qualidade de vida. Não pouco importante é que nessas atividades as famílias têm o controle e a gestão dos meios de produção e comercialização de seus produtos, sofrendo menor influência das grandes corporações no mercado local.

Viu-se também que, especificamente no caso da ENLOUCRESCER, foi possível identificar a presença convergente de Tecnologia Social e Economia Solidária. Nela se efetiva a autogestão, a dimensão coletiva e participativa e a dimensão pedagógica do trabalho. Têm-se aí, pelo menos, três das quatro categorias de utopias concretas e convergentes entre ES e TS (LIMA; DAGNINO, 2013). Mas, para além disso, pode-se inferir que as atividades da associação se preocupam com o meio ambiente, com a qualidade de vida, com a inclusão social, com a criatividade dos participantes na fabricação dos seus produtos. E sua comercialização não visa lucro. E na produção não há controladores nem controlados, nem hierarquia. A ENLOUCRESCER é, assim, um exemplo de iniciativa

na qual se pode encontrar a Economia Solidária juntamente com a Tecnologia Social na construção de novas relações sociais.

Referências

- ANDRADE, Edinara Terezinha de; TIRONI, Tamires. A atuação do serviço social junto à saúde mental e economia solidária. In: V CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 5, 2012, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu, 2012.
- BRASIL. *Lei N. 10.216*, de 06 de abril de 2001 (*Lei Paulo Delgado*). Brasília: Presidência da República, 2001.
- COSTA, Adriano Borges (org.). *Tecnologia social e políticas públicas*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.
- DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2 ed. Campinas: Komedi, 2010.
- DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Construção do marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010.
- ENLOUCRESCER. *Ata da Assembleia Extraordinária/Estatuto*. Blumenau, 13 set. 2010.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FBB. *Banco de Tecnologias Sociais*. Brasília: Fundação Banco do Brasil, s.d. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/principal.htm>.
- GAIGER, Luiz Inácio G. et al. (org.). *Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: OIKOS, 2014.
- HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London; New York: Verso, 2006.
- JESUS, Vanessa M. Brito de; COSTA, Adriano Borges. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges (org.). *Tecnologia social e políticas públicas*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.
- LASSANCE JR, Antônio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. Jose Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIMA, Marcia T.; DAGNINO, Renato. Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e divergentes. *Outra Economia*, UNISINOS, v. 7, n. 12, p. 3-13, jan./jun., 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 24. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.
- OTTERLOO, Aldalice et al. *Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília/DF: s.n., 2009.
- REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL-RTS (org.). *Tecnologia Social e desenvolvimento sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2010.
- REGALIN, Izoldes Terezinha; FARIAS, Samira Raquel de. Economia solidária e saúde mental na inclusão social de associados da ENLOUCRESCER. Blumenau: (mimeo), S.D.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; KRUPPA, Sonia Maria Portela. SENAES e a economia solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

SOUSA, Alessandra Maria de; RODRIGUES, Jeferson. A experiência da ENLOUCRESCER – associação de familiares, amigos e usuários dos serviços de saúde mental de Blumenau. Blumenau: (mimeo). S.D.

THEIS, Ivo, M. Territórios contestados e desenvolvimento desigual: perspectivas e desafios para a América Latina. In: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilan Blanck (org.). *Territórios e desenvolvimentos contestados: diálogos, resistências e alternativas*. Blumenau: EDIFURB, 2015.

THEIS, Ivo M. (org.). *Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado: estudos de caso em Santa Catarina*. Blumenau: EDIFURB, 2014.

THEIS, Ivo M. A sociedade do conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual. *URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 5, n. 1, jan./jun. 2013.

THEIS, Ivo M.; MOSER, Ana Cláudia; VARGAS, Diego B. Desenvolvimento geográfico desigual e planejamento em Santa Catarina: a política catarinense de Ciência, tecnologia e inovação. *Textos de economia*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2012.

THEIS, Ivo M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Primeiro volume).

Recebido em: 26.07.2019. Aprovado em: 21.09.2019.

NELSON AFONSO GARCIA SANTOS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB. Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, 1992. Graduado em Ciências Sociais pela UFSC, 1987. Professor desde 1992. *E-mail*: nelgarcia@furb.br.

IVO MARCOS THEIS

Pós-Doutor em Política Científica e Tecnológica (Unicamp, 2008) e em Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016). Doutor em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, 1997). Mestre em Administração Pública (Universidade Federal de Santa Catarina, 1988). Graduado em Economia (Universidade Regional de Blumenau, 1983). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau desde 1986, com atuação no ensino de graduação (Economia) e pós-graduação (Desenvolvimento Regional) e na pesquisa. Editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. *E-mail*: theis@furb.br